



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde

**IMPLEMENTAÇÃO DE REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL NO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO:**

O CASO DO REUSO DE INFORMAÇÕES

por

RENATO REIS NUNES

Projeto apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Informação Científica e Tecnológica em Saúde.

Orientadores: Cícera Henrique da Silva e
Fabrícia Pires Pimenta

Rio de Janeiro, 2013

RESUMO

Este projeto propõe a criação de um Repositório Institucional para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Pretende-se, com a implementação do Repositório, salvaguardar a produção da memória científica da instituição, assim como propiciar o Reuso das informações ali armazenadas. Pontua uma reflexão a respeito do processo de comunicação científica, destacando os movimentos de Acesso Livre à Informação e o surgimento e importância dos Repositórios Institucionais. Conceitua a questão do Reuso da Informação e reflete sobre a aplicação do conceito dentro do referido projeto.

Palavras-Chave: Comunicação Científica. Repositórios Institucionais. Reuso da Informação.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	03
1.1	<i>PROBLEMA</i>	04
1.2	<i>JUSTIFICATIVA</i>	06
2	MARCO TEÓRICO	09
2.1	<i>O MOVIMENTO DE ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO</i>	09
2.2	<i>OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS</i>	12
2.3	<i>REUSO DA INFORMAÇÃO</i>	15
3	MARCO EMPÍRICO	18
3.1	<i>O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO</i>	18
3.2	<i>O CAMPUS SÃO GONÇALO</i>	20
3.3	<i>O CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO</i>	21
4	OBJETIVO	22
4.1	<i>OBJETIVO GERAL</i>	22
4.2	<i>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</i>	22
5	METODOLOGIA	23
6	RESULTADOS ESPERADOS	24
	REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

O início do século XXI trouxe para a comunidade científica em geral, e para as instituições de ensino e pesquisa em particular, um novo cenário para se refletir sobre o processo de disseminação da informação científica.

O Movimento do Acesso Livre, que teve suas origens nos anos noventa do século passado, ganha agora mais visibilidade não só pelo número crescente de periódicos que já nascem eletrônicos, ou se tornam eletrônicos substituindo o papel, como pela progressiva adoção de Repositórios Institucionais por parte das instituições de ensino e de outros órgãos, em nível nacional e internacional. Ampliar as formas de disseminação científica, contribuindo para acelerar o processo de produção de novo conhecimento e diminuindo as barreiras de acesso às fontes de informação são alguns dos motivos que, em nível macro, estimulam e favorecem a adoção de iniciativas em favor do Acesso Livre. Ressalta-se que as iniciativas em prol do movimento de Acesso Livre são de especial interesse para os países em desenvolvimento e para a ciência que neles é feita.

No nível micro, principalmente no âmbito das instituições de pesquisa e ensino, o movimento do Acesso Livre à informação científica abre novas perspectivas e contextos para se pensar um novo modelo para a disseminação de sua produção intelectual, assim como um novo pensar em promover a ciência.

Discutir como o movimento de Acesso Livre vem contribuir para o sistema clássico de comunicação científica e como os desafios inerentes ao processo de comunicação podem ser enfrentados em tais instituições faz parte desta investigação. Para tanto, optamos por analisar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), que se localiza no Campus São Gonçalo. Tal escolha se deve à vinculação do autor deste projeto ao IFRJ, atuando como gestor da biblioteca e vivenciando, portanto, os problemas ligados à a gestão e difusão da informação ali produzida e, conseqüentemente, do acesso a ela.

Neste sentido, este projeto estuda uma proposta de implementação de Repositório Institucional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, instituição federal de ensino e pesquisa em nível técnico, tecnológico, e pós-graduação. Almeja-se focar inicialmente na produção final dos cursos de nível técnico, considerando a possibilidade de reuso desta produção

arquivada em Repositórios Institucionais para geração de novos produtos e serviços de informação.

No que diz respeito ao desenvolvimento de Repositórios Institucionais, além dos reconhecidos benefícios por estes oferecerem maior visibilidade ao esforço de produção de conhecimento local, este novo sistema de comunicação científica possibilita a arquitetura de novas estratégias de difusão da produção científica de uma dada instituição.

Vê-se também a possibilidade de associar às iniciativas de Repositórios Institucionais uma perspectiva de reuso da produção armazenada, especialmente daquela que esteja disponível como memória digital da produção intelectual de uma instituição de ensino e pesquisa. Nesse sentido o Repositório Institucional poderia ser tomado como espaço privilegiado para desenvolvimento de coleções temáticas de ensino e pesquisa.

Esta produção, que já foi publicizada, tem potencial de ser reutilizada, em particular pelo ensino e pela pesquisa, na medida em que estes produtos sejam reempacotados de outra maneira, sobretudo para atividades de ensino e relatórios diversos.

1.1 PROBLEMA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus São Gonçalo, marco empírico deste projeto, atualmente oferece aos seus alunos 03 cursos regulares, a saber: (i) o curso técnico subsequente em Segurança do Trabalho, para alunos que já possuem o ensino médio completo ou estejam cursando o terceiro ano; (ii) o curso técnico concomitante em Química, oferecido junto com o ensino médio; e (iii) o curso de pós-graduação *Latu Sensu* em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras.

Dos 03 cursos mencionados, apenas o técnico em Química ainda não teve nenhuma turma formada. O de pós-graduação tem 01 turma formada, com cerca de 15 alunos, e o curso de Técnico em Segurança do Trabalho já formou 08 turmas, totalizando cerca de 160 alunos formados.

Como requisito parcial para obtenção do diploma de nível técnico, no caso dos cursos de Química e Segurança do Trabalho, o aluno precisa cumprir o Estágio Curricular Supervisionado.

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) constitui-se na interface entre a vida escolar e a vida profissional do aluno, dando continuidade ao processo de aprendizagem. O ECS transcende o nível de treinamento, sendo alvo de um planejamento criterioso que envolve a orientação, o encaminhamento, a supervisão e a avaliação do aluno-estagiário. O ECS é componente curricular obrigatório para a obtenção do diploma de técnico da educação profissional, observado o disposto na legislação vigente, e deve ser realizado de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Educação e nas normas descritas nos regulamentos internos do IFRJ.

Ao findar o estágio, o aluno deve redigir um relatório de estágio com orientação de um professor e apresentar o mesmo no seminário de estágio. O seminário de estágio constitui-se em etapa integrante do Estágio Curricular Supervisionado dos cursos técnicos ministrados pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro, e é obrigatório para certificação do aluno. O seminário de estágio tem como objetivos: (i) validar o ECS; (ii) avaliar a capacidade do aluno de efetuar, de forma profissional, relato escrito e oral das atividades realizadas no ECS; (iii) incrementar a avaliação institucional através de dados de retroalimentação, propiciando a adequação de currículos e programas às necessidades do mercado de trabalho e à preparação para o exercício profissional. O relatório técnico deverá ser redigido, sob orientação do orientador institucional de estágio, de acordo com as normas de elaboração do relatório técnico de estágio do IFRJ.

Após o seminário e avaliação da banca, uma cópia do relatório é enviada para a biblioteca, que fica disponível para os alunos consultarem. O problema é que estes relatórios possuem uma “vida útil” na biblioteca, onde depois de cerca de três anos o mesmo é descartado, principalmente por conta da falta de espaço na biblioteca para armazenar todo o material.

Sendo assim, a instituição acaba perdendo um pouco da sua memória e os alunos também ficam prejudicados pelo fato de que os relatórios são bastante procurados pelos alunos para consulta, visto que muitos deles fazem o estágio na mesma empresa e/ou instituição.

Outra questão é a pouca visibilidade da produção científica do ensino técnico profissionalizante, visto que muitos estes trabalhos finais, de conclusão de curso,

são descartados, assim como a impossibilidade de reuso destas informações, que poderiam ser utilizadas tanto para o IFRJ em si, como base para avaliações institucionais e de cursos, quanto para as empresas onde os alunos realizaram os estágios, permitindo análise de mercado, relatórios de ciclos de trabalho, entre outros.

No caso da problemática aqui apresentada, verifica-se que o caminho para se conseguir resguardar a memória da produção institucional do IFRJ pode ser alcançado com a implementação de um Repositório Institucional. Através do RI e dos preceitos do Movimento de Acesso Livre, os conteúdos disponibilizados terão potencialidade de serem reutilizados como insumo para novos produtos de pesquisa e estágios e transformados em outros conteúdos informacionais.

1.2 JUSTIFICATIVA

Os avanços cada vez mais acentuados da ciência e tecnologia, assim como as conquistas advindas neste processo apontam para a necessidade de uma concepção de educação em que a pesquisa, além de princípio científico, também se torne princípio educativo. A rede federal de ensino profissional e tecnológico, por sua singularidade em unir o saber/fazer, ciência/tecnologia, teoria/prática, torna-se ambiente educativo profundamente favorável à pesquisa e à produção do conhecimento.

A democratização do conhecimento exige assumir a pesquisa como princípio educativo em todos os níveis, visando acompanhar o acelerado ritmo das descobertas e avanços do mundo científico e inovações tecnológicas. O resultado de tal democratização é a disponibilização aos setores produtivos de novos materiais, sistemas informatizados de produção e novos processos e técnicas de gestão. Neste sentido, a educação profissional e tecnológica deve incentivar o trabalho de pesquisa e a investigação científica, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que constituem o patrimônio da humanidade.

Segundo Santos, Teixeira e Pinto (2005); Weitzel e Ferreira (2005), existem várias vantagens que podem ser obtidas com o armazenamento de documentos digitais em Repositórios Digitais. Entre elas, podem-se citar:

- *Para o documento:* a preservação e manutenção da coleção; acesso rápido; ampliação da coleção, haja vista que seu uso ocorre simultaneamente por vários usuários; redução de custos com a estrutura física de um prédio;

- *Para o usuário:* permite ao usuário buscar a informação de onde lhe for mais conveniente, economizando tempo e outros gastos, além de promover várias formas de consulta; valorização dos autores, pois, ao disponibilizarem seus textos, criam a possibilidade de aumentar a sua utilização; valorização da Instituição como fonte de pesquisa, que passa a ganhar prestígio, status e credibilidade no meio da comunidade científica. Os Repositórios Institucionais nascem como espaços exclusivos para armazenar e difundir a produção intelectual de uma instituição, visto que possibilita a reunião, em um único lugar, de toda documentação produzida pela instituição, o que facilita o gerenciamento e a recuperação da informação, além de preservar a sua memória intelectual e institucional em suporte digital.

Conforme descrito anteriormente, este projeto tem como objetivo a implementação de um Repositório Institucional no IFRJ, cuja finalidade é preservar a memória científica do instituto e propiciar o reuso das informações ali depositadas.

Neste contexto, podemos pensar no repositório institucional como uma base de dados na Web na qual uma instituição de pesquisa deposita sistematicamente sua produção acadêmica e a disponibiliza de forma ampla para as comunidades interessadas. Sobre essa base de dados é oferecido um conjunto de serviços voltados para a gestão e para a disseminação de informações em formato digital.

Esses serviços incluem captura, armazenamento, tratamento técnico, organização, preservação e entrega de conteúdos digitais de toda a natureza – texto, imagens, vídeo, áudio, apresentações, etc.

Destaca-se que os Repositórios permitem a formação da memória digital acadêmica de uma instituição, com a preservação de longo prazo de materiais digitais e com os movimentos de livre acesso. Para tal, esses repositórios têm como base tecnológica sistemas abertos e interoperáveis e aderência aos padrões das

áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação e Tecnologia da Informação. Uma das principais motivações para a criação dos repositórios institucionais é assegurar que os materiais digitais de pesquisa permaneçam disponíveis e acessíveis por longo prazo, contribuindo para a construção e preservação da memória acadêmica das instituições de ensino e pesquisa.

Com a implementação do RI, seria possível proporcionar uma perspectiva de reuso da produção armazenada, especialmente daquela que esteja disponível como memória digital da produção intelectual do instituto, considerando a possibilidade de reuso da informação, o que permitiria a geração de novos produtos e serviços a partir dos conteúdos depositados no Repositório Institucional.

No que tange à questão do reuso, podemos dizer que o mesmo já é realizado com os relatórios técnicos, vide que os alunos procuram este material na biblioteca para que o mesmo sirva de modelo para a elaboração do seu próprio relatório. Com o RI, este reuso pode ser exponenciado, visto que permitiria a elaboração não apenas de outros relatórios de estágio, mas também de relatórios de atividades e reforma curricular para o Instituto, assim como fonte de pesquisa mercadológica para as empresas ali mencionadas, o que tornaria a instituição uma fonte referencial para o setor de Segurança do Trabalho. Sendo assim, vê-se que a importância do reuso já é reconhecida para apoiar atividades de ensino que, neste sentido, pode beneficiar-se do repositório, e este do reuso da informação.

Ressalta-se que a escolha do campus São Gonçalo para a implementação deste projeto piloto deve-se ao fato do autor possuir uma relação estreita com o mesmo, sendo atualmente Coordenador da Biblioteca do Campus São Gonçalo.

2 MARCO TEÓRICO

Para o melhor entendimento do projeto, viu-se necessário ratificar os principais conceitos que permeiam os Repositórios Institucionais, objeto deste estudo. Sendo assim, a pesquisa foi estruturada em três partes, a saber:

A primeira parte apresenta ao leitor na temática desta pesquisa, a iniciativa de acesso livre à informação, destacando sua importância na comunicação científica na era da Internet.

A segunda parte contextualiza o objeto de estudo em questão, os Repositórios Institucionais, pontuando sua inserção na Iniciativa de Acesso Livre a Informação, na qual está estritamente ligado; assim como seus conceitos e funções.

A terceira parte conceitua o termo reuso, visto que este projeto tem por objetivo propor a implementação de RI que possibilite o reuso de informações.

2.1 O MOVIMENTO DE ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO

Steven Harnad (2006) relata que atualmente existe cerca de [25 mil] revistas científicas, avaliadas por pares, cobrindo todas as áreas do conhecimento, em vários idiomas, e publicando, anualmente, cerca de 2,5 milhões de artigos. Porém, a maioria das universidades e instituições de pesquisas do mundo dispõe de recursos financeiros apenas para assinar uma mínima fração desses títulos, o que torna essa gama informacional disponível apenas a uma parcela reduzida de prováveis usuários, ou seja, as pesquisas publicadas estão obtendo somente uma fração quase insignificante de seu potencial de uso e impacto.

Diante de tal panorama, surge, entre os cientistas do mundo inteiro, a preocupação com o aumento da visibilidade e do acesso aos resultados de seus trabalhos, visando ampliar o impacto e a produtividade e, por conseguinte, maximizar o progresso da ciência e tecnologia.

Neste sentido, surgem dois grandes movimentos internacionais: a *Iniciativa dos Arquivos Abertos*¹ (*Open Archives Initiative – OAI*) e o *Movimento de Acesso*

¹ Para saber mais, acesse <http://www.openarchives.org/>

*Livre à Informação*² (*Open Access Movement – OA*). No cerne destes movimentos, encontram-se (i) as facilidades na produção de informações científicas, favorecida pelo advento das novas tecnologias de informação e comunicação, como a internet; e (ii) a necessidade de ampliação da visibilidade e da disseminação da informação científica, afetada pela já mencionada “crise dos periódicos científicos”.

O Movimento de Acesso Livre à Informação (*Open Access*) possui como objetivo promover o acesso livre e irrestrito à literatura científica, quebrando as barreiras encontradas pela comunidade científica mundial no que diz respeito ao acesso a informações científicas e favorecendo o aumento do impacto do trabalho dos pesquisadores (CAFÉ et al, 2003).

Este movimento tem por característica a disponibilização livre na Internet de literatura de caráter acadêmico ou científico, permitindo a qualquer usuário ler, descarregar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral dos documentos (RODRIGUES et al, 2004).

Neste sentido, a comunidade científica se mobilizou e continua se mobilizando no sentido de organizar numerosas manifestações, reuniões e iniciativas, que já resultaram em *três declarações*, consideradas centrais e de maior influência sobre o movimento do acesso livre a informação, as Declarações de Budapeste, de Bethesda e de Berlim, a saber:

- *Declaração de Budapeste* – Realizada em 2001 pelo *Open Society Institute* em Budapeste, Hungria, o encontro teve como propósito principal discutir questões que visassem disponibilizar livremente artigos científicos de todas as áreas acadêmicas através da internet. Este encontro teve como resultado um dos documentos mais importantes do movimento de acesso aberto, o *Budapest Open Access Initiative – BOAI*, tendo esta declaração formalizada em 14 de fevereiro de 2002 (BOAI, 2002);
- *Declaração de Bethesda* – Esta declaração foi estabelecida em um encontro realizado em 11 de abril de 2003, na sede do *Howard Hughes Medical Institute*, localizado em Maryland, Estados Unidos. O objetivo foi discutir, na comunidade científica da área biomédica, os procedimentos necessários para se oferecer acesso aberto à literatura científica primária. Com o intuito de atingir o quanto antes o acesso aberto a literatura

² Para saber mais, acesse <http://www.eprints.org/>

científica primária, a reunião de Bethesda contribuiu para a definição do que vinha a ser publicação de acesso aberto. As questões debatidas no encontro resultaram no documento *Bethesda Statement on Open Access Publishing*. Essa declaração reforça as condições da Declaração de Budapeste e propõe mudanças nas políticas relativas a publicação de resultados de pesquisa científica (BETHESDA..., 2003);

- *Declaração de Berlim* – Sob o apoio do *Max Planck Institute*, a *Conference on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities* foi realizada entre 20 e 22 de outubro de 2003, em Berlim. Esta conferência reuniu representantes de instituições científicas européias no intuito de corroborar as reuniões citadas anteriormente, e teve como principais objetivos: discutir formas que encorajassem os seus pesquisadores e bolsistas a publicar seus trabalhos de acordo com os princípios do acesso aberto; desenvolver meios de avaliação e reconhecimento das contribuições em canais de acesso aberto. Em concordância com os princípios descritos nas Declarações de *Budapeste* e de *Bethesda*, representantes de várias instituições científicas européias participantes desse encontro assinaram a Declaração de Berlim (*Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities*), aderindo, assim, ao movimento, e se comprometeram a encorajar seus pesquisadores a depositarem sua produção em um repositório (BERLIN, 2003; GUMIEIRO, 2009).

No intuito de dinamizar o acesso livre no Brasil, o IBICT lançou o *Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica* (INSTITUTO..., 2005), cujo objetivo é “mobilizar a comunidade científica e a sociedade brasileira em geral para se universalizar e democratizar a informação em ciência e tecnologia, condição fundamental para o desenvolvimento econômico e social de nosso país”, bem como atuar como “forte agente de inclusão social”.

O Movimento de Acesso Livre à Informação, aplicado à pesquisa científica, tem sido visto como fator que maximiza o acesso à pesquisa propriamente dita, elevando e acelerando seu impacto e, conseqüentemente, sua produtividade, progresso e resultados.

Resumidamente, pode-se dizer que o Movimento de Acesso Livre à Informação é, principalmente, o resultado: (i) de uma reação dos pesquisadores ao modelo de negócios de editoras comerciais de revistas científicas (e os preços das assinaturas cada vez mais altos); da (ii) crescente conscientização do aumento de impacto provocado pela disponibilização de documentos científicos livres de barreiras quanto ao acesso (econômicas e de *copyright*); e das (iii) potencialidades das tecnologias da informação e da comunicação, cujo expoente máximo é a internet. O mote do movimento mundial em favor do acesso livre a resultados de pesquisa, portanto, é a disseminação ampla e irrestrita dos resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos.

Destaca-se que os benefícios que o movimento defende são, entre outros, a maior visibilidade das pesquisas e sua utilização pelo maior número possível de interessados, o que promove, em última instância, o desenvolvimento da ciência; e que o movimento para o livre acesso ao conhecimento científico pode ser considerado um dos fatos mais interessantes, talvez o mais importante, de nossa época no que se refere à comunicação científica.

O OAI e OA se apresentam como alternativas importantes para a comunicação científica nos dias atuais. Segundo aponta Ferreira (2008, p. 112), “[...] são movimentos que se complementam na elaboração, no desenvolvimento e na fixação de políticas, estratégias, normas, regras e produtos tecnológicos que suportem as demandas e as expectativas da comunidade científica internacional”. Destaca-se que, como estratégia política importante destes movimentos surgiu, no cenário da comunicação científica, o repositório digital, que pode ser classificado como temático ou institucional.

2.2 Os REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Conforme visto anteriormente, ao realizar uma pesquisa científica, o pesquisador se baseia em outros estudos que o antecederam, inserindo-se em uma construção coletiva do conhecimento. E em nome desse progresso, por analogia, o pesquisador/autor almeja que seu trabalho também faça parte dessa construção coletiva e desse ciclo, servindo de apoio a pesquisas futuras que tenham afinidade

com o tema estudado, ou seja, que os resultados de sua pesquisa sirvam como base para o desenvolvimento de futuras pesquisas.

O Movimento de Acesso Livre ao conhecimento científico vem ao encontro dos anseios dos autores. Uma das vantagens propostas por este movimento é oferecer acesso irrestrito aos documentos científicos, ampliando a capacidade de uso dessas informações, e atingindo um público infinitamente maior e nunca antes imaginado, contrapondo os canais formais tradicionais de publicação, considerados restritos. O movimento propõe que, quanto maior for a disponibilidade das informações produzidas pela comunidade científica, maior será seu uso, e, conseqüentemente, maior será seu impacto.

É neste cenário que surgem novas ferramentas voltadas para a disseminação da informação em meio digital. Uma vez identificada e promovida a filosofia livre, ampliou-se o espaço para que ferramentas, como os repositórios, fossem construídas. Segundo Rodrigues et al (2004), os RI's são uma espécie de Biblioteca Digital que permite o armazenamento, descrição, recuperação, disseminação e, principalmente, preservação e acesso a longo prazo aos documentos administrativos, acadêmicos e, principalmente, científicos de uma instituição.

Cabe aqui ressaltar que os repositórios digitais são compostos de produção científica (documentos avaliados pelos pares) e de material não científico, como por exemplo: peças publicitárias, materiais de apoio ao ensino, documentos administrativos, dentre outros.

Neste sentido, os Repositórios Digitais visam promover o acesso livre e irrestrito à literatura científica e acadêmica, quebrando as barreiras encontradas pela comunidade científica mundial no que diz respeito ao acesso a informações científicas e favorecendo o aumento do impacto do trabalho desenvolvido pelos pesquisadores e instituições. Além de servirem como recurso de memória da produção científica, os Repositórios também contribuem para a reforma do sistema de comunicação científica, permitindo que a comunidade científica retome o controle acadêmico sobre a publicação, reduzindo o monopólio das revistas das editoras comerciais, reforçando a ideia de que o conhecimento não é algo comercial (RODRIGUES et al, 2004).

Os repositórios institucionais podem ser pensados como parte de uma ação dentro da gestão documental, que inclui sua criação, tratamento, transmissão, acesso e salvaguarda. Crow (2002) define os repositórios institucionais como “um

arquivo digital de produtos intelectuais criados por uma comunidade de pesquisadores, estudantes e professores de uma instituição”. Para Lynch (2003), os repositórios institucionais são “um conjunto de serviços que a instituição oferece aos seus membros para o gerenciamento e disseminação de materiais digitais criados na instituição”.

Os repositórios institucionais reforçam que todos os materiais de pesquisa devem estar disponibilizados publicamente na internet, sem restrições de acesso, sobretudo as pesquisas desenvolvidas com recursos oriundos de agências públicas de fomento à pesquisa, portanto:

Existe um movimento que poderá, em futuro próximo, proporcionar a países como o Brasil maior autonomia com relação aos editores científicos comerciais. Trata-se do movimento em prol do acesso livre à informação e ao conhecimento. Em razão desse movimento, países como a Alemanha, o Canadá e a França e os próprios EUA vêm construindo Repositórios institucionais e temáticos, nos quais os pesquisadores têm sido estimulados a depositar os seus resultados de pesquisa, em especial aqueles oriundos de estudos financiados com recursos públicos (KURAMOTO, 2008b).

Lynch (2003) ressalta ainda que:

O desenvolvimento de Repositórios Institucionais emergiu como uma nova estratégia que permite às universidades aplicar uma forte pressão para acelerar as mudanças que estão a ocorrer no mundo acadêmico e na comunicação científica.

Portanto, um repositório institucional constitui um serviço de informação científica dedicado ao gerenciamento da produção intelectual de uma instituição em ambiente *on-line*. Contempla, por conseguinte, a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição no qual está inserido. Nesse sentido, é essencial o compromisso de uma instituição em cuidar de sua produção científica, incluindo a preservação em longo prazo, quando for necessária, bem como a sua organização, acesso, distribuição e memória (LYNCH, 2003).

A visibilidade obtida através do depósito de uma pesquisa científica em um Repositório Institucional não é percebida tão somente pelo autor do documento. Suas vantagens também são estendidas à instituição ao qual o pesquisador está vinculado. Estas instituições, assim como os autores, beneficiam-se de diversas maneiras, tais como:

1. Ampliação da interação entre seus pesquisadores com os de outras instituições, favorecendo a autoria coletiva, a discussão, enfim, o

intercâmbio de informações entre cientistas, que é de vital importância para o progresso científico;

2. O repositório da instituição serve como uma ferramenta de *marketing*, pois ao disponibilizar na Internet sua produção científica, a instituição está divulgando à sociedade tudo que é produzido por seus pesquisadores, servindo como uma espécie de propaganda da instituição. Em se tratando de instituições privadas ou de órgãos que necessitam de captar recursos junto a agências de fomento, a divulgação de sua produção num repositório de acesso livre é um ótimo parâmetro de promoção;
3. Através da implantação de um repositório institucional, é possível reunir em um só lugar todo o conhecimento gerado por aquela instituição, favorecendo a gestão da informação naquele ambiente (controle bibliográfico e memória institucional);

Através dos dados citados, é possível prover de informações que podem ser essenciais em um processo de planejamento estratégico, haja visto que a instituição teria em mãos informações que podem vir a servir como verdadeiro diferencial na hora da tomada de decisões.

2.3 REUSO DA INFORMAÇÃO

O presente projeto tem por objetivo propor a implementação de um repositório institucional no Instituto Federal do Rio de Janeiro que possa permitir o reuso da produção acadêmica ali depositada. Neste sentido, faz-se importante conceituarmos o termo *reuso*, recorrendo assim à etimologia da palavra, procurando buscar uma explicação do seu significado.

No Dicionário Aurélio (2004), encontramos o prefixo “re-“, que deriva do latim e possui como significado: repetição, reciprocidade; e a palavra “usar”, também derivado do latim, que tem como definição: fazer uso de, servir-se de, ter por costume, empregar habitualmente, entre outros.

Neste sentido, considerando a tipologia documental a ser depositada no Repositório do IFRJ e a possibilidade de atribuir novas finalidades para este

material, as expressões “mudança de estado” e “fazer uso de” permitem compreender o sentido do conceito de “reuso” aqui utilizado.

Postula-se, portanto, que o RI é um espaço privilegiado para promover e salvaguardar informações a serem reutilizadas no âmbito do ensino, com vistas a subsidiar e fortalecer as ações ligadas a este campo (CARVALHO, 2011). Conforme destaca Marcondes e Sayão (2002, p. 52) “o documento tratado na fonte se torna imediatamente insumo para diferentes serviços, possibilitando seu reuso”.

Relacionando a aplicação do reuso em repositórios, Marcondes e Sayão (2002) relatam as possibilidades advindas da iniciativa dos arquivos abertos oferecidas pelo reuso de metadados, onde:

um servidor de *eprints* compatível com *OpenArchives Initiative Protocol for Metadata Harvesting* – OAI PMH, permitirá a exposição de metadados dos trabalhos nele armazenados para coleta automática (*harvesting*) e o reuso por provedores de serviços de informação, que com eles podem criar diferentes serviços de valor agregado (MARCONDES; SAYÃO, 2002, p. 46).

Carvalho (2011) contribui com um relato de um estudo sobre políticas para criação e manutenção de repositórios que também menciona o reuso de metadados. No relato, a política para reuso de metadados é mencionada como uma área que deve estar acessível, tão amplamente quanto possível, para que terceiros possam reutilizá-la. Destaca-se o relato da importância de se definir políticas, listando as condições e permissões para o reuso das informações depositadas no repositório, salientando que para fins de pesquisas e para fins educacionais, a reprodução e o reuso dos itens depositados não têm restrições.

Segundo Day (1999, apud MARCONDES; SAYÃO 2002, p. 45):

a ciência não pode avançar sem mecanismos eficientes de comunicação científica que integrem em um ciclo a produção de conhecimento, o registro dos resultados, a coleta e estocagem destes registros, a disseminação dos resultados e o reuso, tanto em atividades produtivas quanto como fonte para gerar novos conhecimentos.

Carvalho (2011) também relata as possibilidades de reuso oferecidas no ambiente informacional *Web*, referenciando Araya (2009) que ressalta:

[...] os ambientes da *Web* colaborativa propiciam a crescente participação do usuário na criação, recriação, compartilhamento, uso e reuso e disseminação da produção intelectual registrada, objeto de estudo da Ciência da Informação, bem como dos direitos autorais, aspecto diretamente relacionado com a produção de conteúdo informacional fruto do intelecto humano (ARAYA, 2009, p. 7).

Ratifica-se que neste processo de reutilização da informação, as tecnologias de informação e comunicação são tecnologias fundamentais que possibilitam e facilitam a geração de novos produtos e serviços. Neste sentido, a Internet propiciou

[...] mudanças significativas na sociedade quanto às formas de criação, recriação, compartilhamento, uso e reuso da produção intelectual registrada como conteúdo textual, imagético estático, em vídeo, ou áudio e quanto ao acesso e disseminação da informação (ARAYA, 2009, p. 9).

O conceito de reuso da informação já vem sendo utilizado pelos profissionais da informação há muito tempo, como por exemplo, na elaboração de serviços de alerta bibliográfico, boletins informativos e outros. A partir das fontes de informação originais, estes profissionais selecionam e reúnem partes destes documentos, gerando assim novos produtos e serviços em outro formato, diferentes dos originais, disponibilizando recursos fundamentais para os cientistas e demais profissionais possam desenvolver suas pesquisas (CARVALHO, 2011).

No que tange à questão do reuso no ensino, Carvalho (2011) mais uma vez traz um relato sobre a aplicação do termo em iniciativas do Reino Unido para as instituições de educação continuada, que criaram serviços gratuitos *on-line* utilizando a ferramenta de Repositórios Institucionais como forma de reunir, compartilhar, reutilizar e reaproveitar o material didático produzido e financiado com recursos públicos. A autora relata a potencialidade do RI em reunir os materiais didáticos já estabelecidos reduzindo a necessidade de recriação a partir do zero e a continuidade do acesso a estes materiais nas eventuais mudanças do corpo docente, dentre outras vantagens (CARVALHO, 2011).

Conforme visto, o conceito de reuso de informação possui várias vertentes e aplicações. Neste sentido, ponderamos que neste projeto utilizaremos o termo reuso de informações no sentido de fonte de informação, de propiciar insumo informacional que possibilite a criação de novos produtos de pesquisa e estágios.

Finalizando, nesta pesquisa a definição de reuso da informação considera as possibilidades oferecidas pela utilização da produção intelectual armazenada no RI na elaboração de novas produções acadêmicas, como novos relatórios de estágio, relatórios de pesquisa; ou administrativas, como avaliações de empresas, relatórios estatísticos. Ou seja, o reuso possibilita inúmeras reconfigurações dos conteúdos informacionais disponibilizados no repositório.

3 *MARCO EMPÍRICO*

Como apresentado nos capítulos anteriores, este projeto tem por objetivo implementar um Repositório Institucional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

Neste sentido, consideramos também, além dos estudos na literatura da área, situar o marco empírico proposto. Destacamos que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro foi escolhido como marco empírico pois o autor do projeto é servidor da instituição. Por se tratar de um projeto piloto, escolhemos o Campus São Gonçalo, visto que o autor/servidor é Coordenador da Biblioteca do referido campus.

3.1 *O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO RIO DE JANEIRO*

A Educação Profissional e Tecnológica (EP&T) tem como base uma formação integrada e articulada com a ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos, assim como o desenvolvimento da capacidade de investigação científica. As escolas federais de EP&T são verdadeiras incubadoras de políticas sociais, uma vez que constroem uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade (BRASIL, 2008).

Atualmente, a EP&T está vivendo um momento especial em nosso país, não apenas pela sua extraordinária expansão, que reflete numa ação estratégica para o desenvolvimento social, mas também pela sua ressignificação enquanto modalidade de ensino.

No que tange o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, meta estratégica do Governo Federal incluída na política do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), implantou-se até 2010 mais de 230 escolas técnicas em nosso país que, somadas às 140 que já existem, cobrindo todos os polos geoeconômicos e arranjos produtivos, sociais e culturais do Brasil (BRASIL, 2008).

Criada em dezembro de 2008, a Lei n. 11.892 criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela transformação e integração dos Centros

Federais de Educação Tecnológica (Cefets), escolas agrotécnicas e escolas técnicas (BRASIL, 2011).

Os Institutos Federais apresentam um novo modelo de educação profissional, que oferece cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrados e doutorados. O educando tem, assim, a oportunidade de construir um itinerário formativo.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ foi criado de acordo com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (CEFET Química de Nilópolis-RJ), seguida da integração do Colégio Agrícola Nilo Peçanha, até então vinculado à Universidade Federal Fluminense.

O IFRJ tem, na sua trajetória, atuado na formação de jovens e adultos trabalhadores comprometidos com o desenvolvimento sustentável, amparado nos princípios da ética e da cidadania. Nessa perspectiva de uma educação inclusiva tenta resgatar o direito ao conhecimento e à formação profissional de cidadãos, principalmente daqueles historicamente marginalizados, a quem sempre foi negado o direito de participação e intervenção consciente nos grandes temas que norteiam a vida de uma sociedade. O direito ao conhecimento, que foi negado a amplas camadas de nosso povo, tem provocado distorções tão gritantes em nossa sociedade, que somente uma intervenção planejada e amparada nos princípios da politecnia poderá resgatá-lo, e assim dar início a um novo processo de formação de trabalhadores livres, críticos, conscientes e sujeitos das transformações de que nosso país necessita. Tendo o trabalho como agente educativo, a histórica relação do IFRJ com o mundo do trabalho, associada a um modelo democrático de gestão que vem sendo implementando, credencia a instituição para novos desafios (IFRJ, 2011).

Esse novo modelo, no qual se baseia a construção dos Institutos Federais, resgata o compromisso de socialização do conhecimento científico e tecnológico, disponibilizando todo seu aparato cultural e tecnológico à sociedade. O IFRJ se constitui em polo de conhecimento, promovendo atividades culturais nas suas diversas expressões, como nas artes, nos esportes, nas ciências e nas novas tecnologias. Ele atua fortemente no apoio ao desenvolvimento regional, contribuindo assim com o próprio desenvolvimento nacional, com forte atenção às novas tendências do mundo produtivo e aos arranjos locais e nacionais, desenvolvendo

pesquisa em novos processos e produtos, na formação de novos educadores, envolvendo sua comunidade interna e atraindo a comunidade externa para somar forças nessa grande tarefa de promover o desenvolvimento humano na sua plenitude (IFRJ, 2011).

O IFRJ tem por missão promover a formação profissional e humana, por meio de uma educação inclusiva e de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento do país nos campos educacional, científico, tecnológico, ambiental, econômico, social e cultural. Visa se consolidar como instituição de referência em educação profissional, científica e tecnológica, integrando as ações de ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na disseminação da cultura inovadora e em consonância com as demandas da sociedade (IFRJ, 2011).

Os Institutos Federais são constituídos por vários *campi*. A oferta de cursos nas instituições é realizada em sintonia com os arranjos sociais, culturais e produtivos locais e regionais. Assim, técnicos e tecnólogos são formados para atuarem de forma mais contextualizada em suas cidades e regiões (BRASIL, 2011).

3.2 O CAMPUS SÃO GONÇALO

O Campus São Gonçalo, foco deste projeto, está localizado no bairro de Neves, no município de São Gonçalo, tendo sido inaugurado oficialmente em fevereiro de 2010.

Com cursos técnicos (integrados e subsequentes), pós-graduação e extensão, hoje o Campus São Gonçalo conta com mais de 600 alunos (cursos técnicos, de extensão, pós-graduação, PRONATEC e Mulheres Mil), além de 33 docentes e 25 técnicos administrativos.

A história do campus começa em 2006, com a criação da Unidade São Gonçalo do CEFET Química, atualmente IFRJ. Em agosto de 2008, foi concedida a cessão de duas salas de aula e uma sala administrativa na Escola Municipal Ernani Farias. Em 1º de setembro daquele ano, o Curso Técnico de Segurança do Trabalho começou oficialmente, com duas turmas noturnas. Ao final de 2009, ocorreu a transferência para o CIEP 436 Neusa Brizola, no bairro Neves, onde se encontra a atual unidade do Campus (IFRJ, 2012).

Oficialmente, o Campus São Gonçalo do IFRJ foi inaugurado no dia 1º de fevereiro de 2010, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em cerimônia ocorrida em Brasília, tendo a professora Ângela Coutinho como a representante da Direção-Geral (IFRJ, 2012).

Os cursos se ampliaram. Inicialmente, foram implantados Curso Técnico em Segurança do Trabalho e o Curso de Extensão Brasil África (posteriormente o Curso de Especialização). Atualmente são oferecidos os cursos: Técnico Integrado em Química, Técnico em Segurança do Trabalho (Concomitante e PRONATEC), Curso de Extensão Brasil-África e curso de Especialização Lato Sensu em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileira.

3.3 O CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Com o intuito de atuar em sintonia com os arranjos sociais, culturais e produtivos locais e regionais, foi criado o Curso Técnico em Segurança no Trabalho, vide os Estaleiros e Empresas Navais instaladas nas proximidades do Campus São Gonçalo.

O Profissional Técnico em Segurança do Trabalho atua em ações preventivas nos processos produtivos com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e medidas de controle de riscos ambientais de acordo com normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho (BRASIL, 2012).

Este profissional também tem capacidade de desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho; orientar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC); coletar e organizar informações de saúde e de segurança no trabalho; executar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); além de investigar, analisar acidentes e recomendar medidas de prevenção e controle (BRASIL, 2012).

4 OBJETIVOS

Para o melhor entendimento deste projeto, o mesmo divide-se em objetivo geral e objetivos específicos, conforme descrito a seguir.

4.1 OBJETIVO GERAL

Implementar um Repositório Institucional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, no intuito de salvaguardar sua produção científica, proporcionando a visibilidade da produção da educação profissional e tecnológica, assim como a possibilidade de reuso da informação.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover palestras acerca dos benefícios advindos da adoção do movimento de livre acesso à informação à comunidade do IFRJ;
- Identificar stakeholders no IFRJ que garantam o sucesso da implementação do RI;
- Formar equipe responsável pela implementação e manutenção do RI;
- Adquirir aparato tecnológico para implementação do RI;
- Elaborar termo de consentimento onde os docentes e discentes permitam o depósito de sua produção no RI;
- Promover o repositório no IFRJ, assim como as possibilidades de reuso de informação advindas com a implementação do RI;

5 METODOLOGIA

No intuito de se atingir uma maior eficácia na implementação do repositório proposto neste projeto, dividimos as etapas metodológicas em 05 fases, a saber:

- *Fase 01:* Identificação dos Stakeholders – compreende todos os envolvidos em um *dado processo*; O sucesso da implementação do RI depende da participação de suas partes interessadas, e por isso é necessário assegurar que suas expectativas e necessidades sejam conhecidas e consideradas pelos gestores do instituto;
- *Fase 02:* Formação de equipe responsável pela implementação e manutenção do Repositório – Esta equipe que pode ser formada por meio de contratação de profissionais qualificados ou via capacitação de servidores a partir de parcerias com instituições que já possuam experiência na criação de repositórios como, por exemplo, a Fiocruz;
- *Fase 03:* Aquisição do aparato tecnológico – Composto de 1 (um) servidor pré-formatado e configurado com: (i) sistema operacional baseado na plataforma UNIX/LINUX; (ii) software básicos: Apache, MySQL e PHP; (iii) software: Dspace e SEER; 3 (três) computadores com acesso à internet;
- *Fase 04:* Testes e Customização – Realizar testes na base para averiguar possíveis problemas de implementação; Selecionar os metadados essenciais para melhor recuperação das informações; assim como customizar o layout com intuito de promover uma experiência mais agradável ao usuário;
- *Fase 05:* Promoção do Repositório - Promover, junto com a biblioteca, os benefícios advindos com o Repositório, assim como as possibilidades de reuso da informação proporcionada pelo RI;

Destacamos que, por se tratar de um projeto piloto, iremos iniciar a implementação do Repositório Institucional pelo campus São Gonçalo, e que o recorte do material informacional serão os relatórios de estágio – trabalhos de final de curso – dos alunos do curso técnico em segurança do trabalho.

O foco nos relatórios de estágio seria uma espécie de advocacy para implementação do RI, visto que estes materiais tem pouca visibilidade em se tratando de uma instituição onde a base são os cursos de nível médio técnico.

6 **RESULTADOS ESPERADOS**

Resumidamente, o Repositório Institucional aqui proposto pode ser considerado como um espaço informacional novo, com a possibilidade de propiciar novas utilizações (reuso) da informação, contribuindo para ampliar a divulgação do conhecimento científico.

Com o foco na produção da Educação Profissional e Tecnológica, principalmente as de nível médio técnico, este Repositório teria um caráter pioneiro, visto que a maioria das iniciativas de Repositório visam a produção científica tecnológica ao nível dos departamentos de pesquisa.

Além de possibilitar uma maior visibilidade da produção da EP&T e da instituição, o Repositório tornaria o IFRJ uma referência para as empresas, visto que permitiria o acesso a informações que podem servir de tomadas de decisões estratégicas.

REFERÊNCIAS

- ARAYA, E. R. M. **Informação na Web colaborativa: um olhar para o direito autoral e as alternativas emergentes**. Marília, 2009. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select_action=&o_obra=166049>. Acesso em: 27 set. 2013.
- BERLIN DECLARATION ON OPEN ACCESS TO KNOWLEDGE IN THE SCIENCES AND HUMANITIES. Max Planck Society. 2003. Disponível em: <http://www.zim.mpg.de/openaccess-berlin/berlin_declaration.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.
- BETHESDA Statement on Open Access Publishing. 2003. Disponível em: <<http://www.earham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>>. Acesso em 07 set. 2013.
- BOAI. Budapest Open Access Initiative. 2002. Disponível em: <<http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>>. Acesso em: 25 set. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo nacional dos cursos técnicos**. Brasília, 2012.
- _____. Ministério da Educação. **Educação profissional e tecnológica: projetos e ações**. Brasília, 2011.
- _____. Ministério da Educação. **Instituto federal de educação, ciência e tecnologia: concepção e diretrizes**. Brasília, 2008.
- BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. Budapeste, 2002. Disponível em: <www.soros.org/openaccess/read.shtml>. Acesso em: 19 set. 2013.
- CAFÉ, Lígia et al. Repositórios institucionais: nova estratégia para publicação científica na rede. In: ENDOCON – Encontro Nacional de Informação em Ciências da Comunicação, 13., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/2003/encodom/ENDOCOM_CAFÉ.pdf>. Acesso em: 09 set. 2013.
- CARVALHO, Maria da Conceição Rodrigues de. **O reuso da informação técnico-científica a partir de um repositório institucional (RI): um estudo exploratório**. Niterói, 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, 2011. Disponível em: <www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao_MariaCarvalho.pdf>. Acesso em: 27 set. 2013.
- CROW, Raym. The case for institutional repositories: a SPARC position paper. Washington, DC, **Scholarly Publishing & Academic Resources Coalition**, 2002. Disponível em: <http://www.arl.org/sparc/bm~doc/ir_final_release_102.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Repositórios versus revistas científicas: convergências e convivências. In: FERREIRA, Sueli Mara Pinto; TARGINO, Maria das Graças (Org). **Mais sobre revistas científicas: em foco a gestão**. São Paulo: Ed. Senac, 2008.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto et al. Em busca de um repositório ideal: análise de software baseado em arquivos abertos. **Revista brasileira de biblioteconomia e documentação**, São Paulo, v. 3, n. 2, jul./dez. 2007.

GUMIEIRO, Katiúcia Araújo. **Modelos de negócios para periódicos científicos eletrônicos de acesso aberto**. Brasília: CIB/UnB, 2009.

HARNAD, Stevan. Free at last: the future of peer-reviewed journals. **D-Lib Magazine**, v. 5, n. 12, Dec. 1999. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/december99/12harnad.html>>. Acesso em: 08 set. 2013.

_____. **Optimizing OA self-archiving mandates: What? Where? When? Why? How?** Technical Report, ECS, University of Southampton. 2006. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/13098/>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

IFRJ. **Histórico**. 2011. Disponível em: <<http://www.ifrj.edu.br/instituicao/historico>>. Acesso em: 23 set. 2013.

_____. **Quem somos**. 2012. Disponível em: <<http://www.ifrj.edu.br/node/335>>. Acesso em: 23 set. 2013.

INSTITUTO Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Manifesto Brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica. Rio de Janeiro, 2005.

KURAMOTO, Hélio. Acesso livre à informação científica: novos desafios. **Liinc em revista**, v. 4, n. 2, p. 154-157, set. 2008a.

_____. Acesso livre: caminho para maximizar a visibilidade da pesquisa. **Revista de administração contemporânea**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 861-872, jul./set. 2008b.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília: Ibict, 2009.

LYNCH, Clifford A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **ARL Bimonthly Report**, 26, 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/newsltr/226/ir.html>>. Acesso em: 12 jan 2011.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando. Documentos digitais e novas formas de cooperação entre sistemas de informação em C&T. **Ciência da**

Informação, Brasília, v. 31, n. 3, set/dez. 2002.

OPEN ACCESS MOVEMENT. Disponível em: <<http://www.eprints.org/openaccess/>>. Acesso em set. 2011.

OPEN ARCHIVES INITIATIVE. Disponível em: <<http://www.openarchives.org/>>. Acesso em set. 2011.

PACHECO, Eliezer. SETEC/MEC: **bases para uma política nacional de EPT**. 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_bases.pdf>. Acesso em 14 set. 2013.

RODRIGUES, Eloy et al. **RepositóriUM**: criação e desenvolvimento do repositório institucional da universidade do Minho. Universidade do Minho, Braga (Portugal), 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/422>>. Acesso em: 05 out 2011.

SANTOS, Johnny; TEIXEIRA, Cláudio; PINTO, Joaquim Sousa. **e- ABC**: um repositório institucional virtual. Aveiro: Departamento de eletrônica e telecomunicações, Instituto de engenharia eletrônica e telemática da Universidade de Aveiro, [2005?]. Disponível em: <<http://abc.ii.ua.pt/>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

WEITZEL, Simone da Rocha; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Arena científica: um repositório da área das ciências da comunicação, promovendo o acesso livre e o desenvolvimento científico. In: PROCEEDINGS INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 3., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 1-16. Disponíveis em: <<http://www6.ufrgs.br/seeremquestao/ojs/viewissue.php?id=7#Artigos>>. Acesso em: 03 mar. 2013.